

A LUTA É O CAMINHO!

DESPEDIMENTO COLECTIVO DA ALTICE CONTRA A PT/MEO É ILEGAL E CRIMINOSO!

Estamos perante uma nova ofensiva da Altice contra os trabalhadores da PT/MEO, agora na figura de um despedimento colectivo manifestamente ilegal, destinado a pressionar todos os trabalhadores da empresa e assumido publicamente como uma forma de chantagem sobre o Estado português.

O essencial dos trabalhadores vítimas directas deste processo são para ser substituídos por trabalhadores subcontratados à Intelcia e a outros prestadores de serviço. Tudo numa empresa que cresceu as suas vendas durante a pandemia e pertence a uma multinacional que dá lucros.

O PCP, desde a primeira hora, expressou a sua solidariedade com os trabalhadores da PT/MEO. Logo no dia 24 de Junho, o PCP propôs a Audição, na Comissão de Economia da Assembleia da República, das Organizações representativas dos trabalhadores da PT/MEO. Essa Audição realizou-se no dia 30 de Junho. Entretanto, a 7 de Julho, o Secretário-Geral do PCP reuniu em Sessão Pública com as ORT da PT/MEO. Na sequência dessa reunião, o PCP entregou na Assembleia da República um novo requerimento, destinado a chamar a ACT à Assembleia da República, onde se pode ler:

É preciso ter uma avaliação muito séria se a forma como as violações sistemáticas da lei laboral são tratadas pela ACT não acaba por resultar nas empresas incorporarem as contra-ordenações efectivamente pagas como um mero custo, facilmente suportado, e largamente compensador dos ganhos obtidos com o cometimento das infrações.

Nos últimos 6 anos, quantas queixas foram apresentadas contra o universo das empresas da Altice em Portugal? Dessas queixas, quantas resultaram em acções inspectivas?

Dessas acções inspectivas, quantas incluíram a audição dos queixosos e das ORT? Quantos auto de notícia foram realizados? Quantas e que contra-ordenações foram aplicadas? Qual a causa de cada uma dessas contra-ordenações? Qual o valor aplicado em cada contra-ordenação? Quais as contra-ordenações já pagas pela Altice?

"Aqui está uma situação em que não há meios caminhos. Ou o Governo se posiciona a favor dos trabalhadores, ou, pelo silêncio ou omissão, em cima do muro, a favor dos que prevaricam e abusam da sua posição".

Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP



Nas palavras do Secretário-Geral do PCP

Estamos perante um despedimento colectivo para o qual faltam os adjectivos.

Ele é injusto e imoral, mas que despedimento colectivo não o é?

Ele é manifestamente ilegal, pois a Altice está a despedir trabalhadores efectivos para os poder substituir por subcontratados."



A necessidade da renacionalização da PT vai se tornando cada vez mais evidente

Ele é vergonhoso, pois a Altice tem lucros, actua num dos poucos sectores que foi beneficiado pela actual crise pandémica, e para poder aumentar os seus lucros e o preço de venda da própria PT, não se inibe de somar dificuldades às dificuldades. Um despedimento que se insere num dito plano integrado de "reorganização", justificado pela empresa pelo "contexto muito adverso" no sector e com "o ambiente regulatório hostil". Uma argumentação que não corresponde de todo à narrativa apresentada aquando da divulgação dos resultados da Altice Portugal em 2020.

Ele é criminoso, no momento em que a Administração da Altice o usa como arma contra a ANACOM e o Governo, prosseguindo um processo de chantagem cujo objectivo é conseguir travar a entrada de outros operadores no mercado e pagar menos pelo acesso ao 5G.

Ele é um processo de repressão laboral, pois funciona como mecanismo de pressão sobre estes e os restantes trabalhadores para aceitarem a imposição de rescisões ditas «voluntárias» de contratos e direitos.

Na sequência desta reunião, e das iniciativas parlamentares que na passada semana foram rejeitadas por PS, PSD, CDS e Iniciativa Liberal, entre as quais as propostas de limitar os despedimentos colectivos, revogar o despedimento por inadaptação, a redução do horário semanal de trabalho para 35 horas para todos, ou o mínimo de 25 dias de férias, vamos adoptar mais iniciativas na Assembleia da República de que vos daremos, oportunamente, conta.

O Governo pode e deve fazer mais em defesa dos trabalhadores da PT. Ele tem os instrumentos para travar a Altice e acabar com este despedimento colectivo. Toda a pressão será importante para obrigar o Governo a sair da passiva cumplicidade com este tipo de procedimentos.

Mas permitam-me destacar a importância da luta de massas. Devemos lembrar o 21 de Julho de há quatro anos quando nas ruas os trabalhadores da Altice derrotaram o maquiavélico e fraudulento processo de falsas transmissões de estabelecimento.

Aquilo que então parecia impossível foi tornado possível pela luta dos trabalhadores e a iniciativa política do PCP. Também agora será possível travar este despedimento colectivo, que repito, é completamente ilegal e tem um inaceitável travo a chantagem contra os trabalhadores e contra o próprio Estado português.

"O Governo pode e deve fazer mais em defesa dos trabalhadores da PT. Ele tem os instrumentos para travar a Altice e acabar com este despedimento colectivo"

Da mesma forma, deixamos aqui a nossa convicção de que a necessidade da renacionalização da PT se vai tornando cada vez mais evidente para vastas camadas da população, e que chegará o momento em que a luta do nosso povo colocará e alcançará esse objectivo.

Aqui está uma situação em que não há meios caminhos, meias tintas, meios termos, ou terceiras vias. Ou o Governo se posiciona a favor dos trabalhadores e age em conformidade, intervindo, designadamente, através da ACT e dos meios ao seu dispor para impedir este abuso, ou o Governo, podendo até manifestar a preocupação e consternação, se posiciona, pelo silêncio ou omissão, a favor dos que prevaricam e abusam da sua posição. Pela nossa parte não permitiremos que esta intenção da Altice passe incólume e tudo faremos para que não se concretize. !!